

**Reflexões *diurnas e noturnas* em Ciências Sociais e Históricas:
comparando abordagens e aproximando olhares diferentes**

Dra. Miridan B. Falci (IFCS/UFRJ)
Dra. Winifred Knox (DCSO/UFES)

Resumo

O que nos propomos aqui é uma reflexão sobre algumas das questões tratadas no minicurso intitulado “Do trabalho de campo às imagens: reflexões sobre as fontes para a pesquisa em Ciências Sociais e Históricas”, ministrado pelas professoras autoras deste artigo no 1o Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do departamento de Ciências Sociais da UFES. O minicurso teve como objetivo principal estimular a reflexão teórico-metodológica a partir das Ciências Sociais e Históricas sobre o trabalho de pesquisa e de campo (fieldwork), as diferentes formas e usos das fontes documentais, incluindo aí as imagens, o áudio e o vídeo, possíveis e disponíveis ao pesquisador. Frente a amplitude maior do conteúdo programático do minicurso, que versou sobre vários pontos ¹, optamos por uma seleção de questões para um enfoque mais aprofundado.

Introdução

Algumas das muitas questões que ocupam a mente de um estudante, um investigador no nível de graduação ou mesmo de pós-graduação em Ciências Sociais dizem respeito à parte empírica da investigação. Questões do tipo: como se introduzir na realidade a qual se pretende pesquisar; como e com quem falar; qual a metodologia mais adequada; quais os instrumentos disponíveis; como construir o objeto científico (visto que

¹ O conteúdo programático do minicurso versou sobre vários itens refletindo sobre epistemologia, metodologia e a (in)separável união metodologia – teoria; a construção do objeto científico; reflexões sobre a historiografia dos *Annalles*, história social e história das mentalidades; história, fontes documentais, Imagem e o seu uso nas Ciências Históricas; Reflexões sobre imagem, memória, e o registro da história oral como fontes do trabalho de campo nas Ciências Sociais.

este não é absolutamente pronto e revelado ao pesquisador), etc., são algumas das muitas questões que perpassam o planejamento da pesquisa.

A discussão destas problemáticas se situa mais no campo metodológico, embora também perpassasse por uma discussão teórica. Alguns autores, como Pierre Bourdieu, não indicam uma separação entre ambas, ao contrário, criticam-na: “...*As opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das opções mais teóricas de construção do objeto*”. (Bourdieu, 2010,10)

Nosso percurso se empenhará em entender as propostas da vigilância epistemológica de Bourdieu, percorrendo diálogos ao mesmo tempo *diurnos*, do ponto de vista de uma ciência mais próxima da razão cartesiana, e *noturnos*, diálogos de uma ciência próxima da cultura, da literatura e da poética, com Bachelard, Becker e a escola dos Annales entre outros.

Organizamos o texto da seguinte maneira, na primeira parte fazemos uma reflexão sobre a necessidade de se pensar o fazer científico para a construção do objeto de pesquisa nas Ciências Sociais. Nas palavras de Bourdieu é preciso vivenciar a *ruptura* epistemológica através da prática reflexiva o que nos leva à pensar sobre a relação sujeito-objeto, pesquisador-pesquisado, cientista e investigado nas investigações dos fenômenos humanos, assunto que compõe a segunda parte do texto. Da proposta de uma Ciência Crítica refletiremos sobre a recusa dos empirismos e mecanicismos, partindo para uma análise da História dos Annales, da crítica às filosofias essencialistas e da emergência do culturalismo, constituindo então a terceira parte do texto. Os documentos textuais históricos e as imagens fotográficas considerados como fontes na pesquisa completarão o percurso da reflexão metodológica na quarta parte do texto, finalizando com reflexões sobre o texto como um todo.

As Ciências Sociais e a construção do saber científico

Em o *Ofício do sociólogo*, Pierre Bourdieu, propõe *uma reflexão epistemológica em relação às operações da prática sociológica como um exercício para uma atitude de vigilância que encontre no conhecimento adequado do erro, os meios de superá-lo*. A vigilância epistemológica é enfatizada por autores de diferentes abordagens teóricas, como Becker e Bourdieu (Becker, 2007, Bourdieu,2010), que chamam atenção para a necessidade de reflexão metodológica da pesquisa no sentido de eliminação de erros

comumente executados, criticando a pouca atenção ou mesmo indiferença que esta tem no seio das Ciências Sociais, o que muitas vezes resulta no que chamam de

anarquia conceitual.

Neste sentido nossa reflexão propõe examinar a prática da pesquisa em Ciências Sociais como que no intuito de tecer uma espécie de meta reflexão sobre o cotidiano da prática de pesquisa.

Poderíamos começar a refletir se as Ciências Sociais são ou não uma Ciência experimental, já que um trabalho empírico lhe é inegavelmente reconhecido e legitimado. Segundo alguns ^{2*} uma Ciência experimental é aquela que lida com fenômenos experimentais ou experienciais usando instrumentos de medição, ou testificação que comprovem ou refutem as hipóteses que fundamentam a pesquisa. Neste sentido, mesmo nas abordagens mais *naturalistas* das ciências sociais, o carácter empírico experimental lhe é fugaz e improvável.

Explica-se o ponto de vista anterior ao refletirmos sobre a natureza do objeto das Ciências Sociais que tendo nos fenômenos e processos sociais vivenciados pelo homem em sociedade seu foco, não podem ser experimentados ou previstos na mesma proporção ou intensidade que os fenômenos estudados pelas ciências naturais.

Os conceitos são os instrumentos de construção teórica nas Ciências Sociais. Os conceitos constituem as teorias que analisam a realidade. Utilizando a analogia com a ciência da informação e a organização funcional dos computadores os conceitos são como as “chaves” iniciais dos “softwares”, elas fazem os programas “rodarem”.

Segundo Bourdieu, na busca de uma *pedagogia da pesquisa* é preciso ter claro que o saber sociológico não é uma soma de técnicas ou um capital de conceitos, separados ou separáveis de sua utilização na pesquisa. Neste sentido, há uma retroalimentação contínua entre pesquisa e teoria já assinalada por muitos.

Portanto, é necessário observar as tradições teóricas. É importante não perder de vista a importância dos “clássicos” nas Ciências Sociais (Alexander, 1987, Reis, 1987). É constitucional do pensamento social que tradições teóricas diferentes tenham princípios diferentes. Assim estas não devem ser percebidas como um conjunto de fórmulas dissociadas dos princípios que as fundamentam.

2 Esta é uma questão antiga cujas origens podem ser percebidas na tentativa de diferenciação entre enunciados teóricos e observacionais presentes nos processos científicos dos mais abstratos aos mais observacionais, pode-se verificar que este aspecto é uma das discussões presentes em vários autores do Círculo de Viena. Conf. GAETE, et alie, 2010.

Neste sentido a reflexão metodológica (e a vigilância epistemológica) sugerida por Bourdieu difere de uma metodologia abstrata. Segundo ele é indicado refletir sobre as implicações da prática da pesquisa, no cotidiano dos processos investigativos. É aí que vemos Bourdieu aproximar-se da neutralidade axiológica weberiana, quando propõe que se evite julgamentos morais sobre a prática que, segundo ele, justifica-se pela finalidade de despertar uma reflexão sobre o fazer investigativo, o processo propriamente dito.

A ciência a partir do século XX viveu profundas mudanças (*Bachelard, 1978*). A ciência da atualidade vive entre a *arte da invenção e a arte da prova* ((*ars inveniendi/ars probandi*) a primeira enfatiza os "ways of discovery", enquanto a segunda só se preocupa com os "ways of validation"; uma dá muita importância à análise histórica das ciências, enquanto a outra se limita à sua análise lógica, não sendo tarefa do lógico (epistemólogo) explicar as descobertas científicas. A proposição bourdieusiana é conhecer os meios de adquirir uma disposição mental tanto da invenção quanto da prova.

No entanto, Bourdieu critica a obediência incondicional a um conjunto rígido de regras lógicas que muitas vezes se revela nas propostas científicas importadas das ciências naturais, pois tendem a produzir um efeito de *fechamento prematuro*, fazendo desaparecer a elasticidade dos conceitos, a criatividade e fecundidade.

A relação sujeito – objeto

*“Não sou eu quem me navega
quem me navega é o mar,
é ele quem me carrega
como nem fosse levar”*

Paulinho da Viola

Gostaria de começar esta reflexão citando a frase do poeta brasileiro Paulinho da Viola, considerando sábia essa afirmação, já que introduz de imediato em nosso texto a ideia de que nem sempre nossas ações e pensamento resultam em uma atitude determinante de nossas condições materiais e espirituais em dado momento, onde múltiplas variantes participam de nossas decisões e de nossas vidas. Concordamos com Karl Marx no prefácio *Para A crítica da Economia Política*³, sem no entanto, acreditarmos

³ ‘ Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um determinado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações forma a estrutura econômica da sociedade, a fundação real sobre a qual se eleva o edifício jurídico e político, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social”, diz Marx no prefácio. No entanto, em *Teses contra Feuerbach* Marx, já apresenta um outro modo de perceber a

que os aspectos econômicos são determinantes da existência e consciência em todos os momentos. Gostaria também de lembrar o maravilhoso texto “Las Meninas” de Foucault, onde o autor analisa o quadro de mesmo nome, do pintor Velázquez (1599-1660).

Ambas as evocações trazem a reflexão sobre o que se quer pensar a seguir. Pretendo eliminar, apenas por enquanto, de forma poética, uma perspectiva antropocêntrica, onde o sujeito e objeto, no ato de conhecer, estão estanques, separados, um tornado quase metafísico e outro coisificado. Já que em ambas as citações a relação perspectivista está implícita.

Sem dúvida alguma somos estrangeiros quando saímos de nosso porto seguro e nos lançamos a navegar por portos desconhecidos. Quem fica constrói imagens desses outros portos. Quem vai se depara antes de tudo, consigo mesmo, um encontro através do espelho do diferente. O outro. O mesmo. O outro. Daí porque os relatos saudosos não dizem de solidão. Do Ulisses de Penélope, aos errantes Ulisses, Ulisses erráticos, vários, que ainda estão a navegar. Com rotas previamente definidas ou não, eles continuam a navegar. É preciso navegar, ainda que nem sempre tão *preciso*. E pensar sobre outras formas de estabelecer as relações sujeito/objeto na pesquisa é como se nos lançássemos em uma viagem sem certeza de voltarmos com os objetivos concluídos dado a complexidade das questões nela envolvidas. Mas, embarcamos nessa grande viagem com coragem.

As Ciências Sociais estudam o homem enquanto ser que é um animal biológico e cultural. Na sua história de construção teórica, principalmente a antropologia, tem suas origens no estudo desse Outro. Historicamente esse outro variou de *bárbaros* para os romanos, *hereges* para a Inquisição, *selvagens* para os europeus que descobriam o novo mundo, *primitivos* para os neo-colonizadores do século XX. Porém, é nesses últimos momentos do século XX e início do século XXI que se tem repensado essas antigas dicotomias sujeito/objeto na realização do trabalho empírico de observação e pesquisa.

E embora nas Ciências Históricas a relação historiador e o fato histórico se dê com características específicas ao campo, pode-se dizer que as questões imputadas as ciências sociais sobre a construção do objeto científico se adequam em certa medida às indagações da prática da pesquisa histórica (Shaft, 1995).

Em *Vigiar e Punir* (1987), Foucault desvela o processo histórico de constituição dos sujeitos modernos: por um lado a proposição anatomo-metafísica de Descartes; e por outro lado, pelo técnico político, constituído por um conjunto de regulamentos para

importância da consciência e dos aspectos ideais em relação aos aspectos materiais e econômicos. De qualquer modo o par dicotômico material/ideal irá pairar sobre toda a obra.

controlar as operações do corpo através da docilização e manipulação dos mesmos.

A disciplina, o esquadramento físico espacial e do tempo, este agora cronometrado, marcam a constituição dos sujeitos, bem como de sua dominação. De todos por todos. Daí a ideia de uma sociedade de vigilância, os sujeitos (nós) são cuidadosamente fabricados, engrenagens da máquina panóptica, segundo Foucault.

É neste sentido que Foucault irá pensar uma genealogia da constituição dos sujeitos modernos na origem das relações dos micro poderes que na sociedade são tecidos. Ou seja, historicamente, a Idade Moderna constituirá sujeitos que o são, enquanto dominados, corpos dominados, saberes dominados, relações hierarquizantes, em uma rede infinitamente difusa de micro poderes.

Portanto se a razão cartesiana, e o técnico político de adestramento dos corpos criam e reforçam a constituição de sujeitos dominados, outras formas de razão devem ser pensadas, sugerem Michel Maffesoli e Edgar Morin.

Assim surge como opção ao carcere foucaultiano uma razão sensível. Uma sinergia da razão e do sensível. Trata-se de um resgate do que foi abortado pela razão dura, ortodoxa, abstrata, um “*mobilizar (de) todas as capacidades que estão em poder do intelecto humano*” (Maffesoli, 1998, p27). Uma concepção de ciência e de razão capaz de compreender além do fazer, do pragmatismo utilitário da ação segundo a lógica econômica do mundo. Uma concepção de razão mais aberta. Mais flexível, relaxada, que possa escapar do tédio mortal da existência. Criar ou recriar o dia, e aceitar a noite, o racional e o irracional (não lógico), o provável e a imaginação, o logos e o mito. Pensar possibilidades para as relações entre os sujeitos.

Nesse sentido a obra de Bachelard ressalta a importância do fazer científico diurno e noturno, embora esses saberes não apareçam explicitamente conectados na obra do autor.

Maffesoli sugere: uma razão erótica, uma espécie de estética erótica existencial. Uma ciência das formas que não veja somente o mundo real, mas a realidade em sua totalidade (Maffesoli, op.cit,p.55). Uma filosofia existencial do hedonismo e do trágico e um modus operandi epistemológico que leve a sério o jogo das aparências. Não uma única Verdade, mas uma multiplicidade de valores relativizados. Uma tomada de posição cosmológica e antropológica.

O autor propõe uma analogia, como uma ideia da razão seminal, aquela que está presente em todos nós, mesmo quando ainda não foi feita qualquer construção intelectual. Uma razão vital, de um raciovitalismo “*que sabe unir os opostos: operar conhecimento e, ao mesmo tempo, perceber as pulsões vitais, saber e poder*”

compreender a existência”. Op. Cit. 58.

Em “Ciência com Consciência”, o autor Edgar Morin usará a ideia da computação que é o momento em que o indivíduo comporta a identidade genérica incluindo-a na identidade individual, embora sem a consciência de fazê-lo. O computo não pensa de modo ideal, isolado, mas de modo organizacional, no plano da produção/de geração/de organização. Neste nível não existe constituição de sujeito consciente. Logo a definição de sujeito biológico proposta em Morin não repousa nem na consciência nem na afetividade. A ideia do ego-centrismo e da ego-auto-referência, parece estar na lógica da organização e da natureza própria do indivíduo vivo.

O ser sujeito, segundo Morin, será o situar-se no seu mundo para computar esse mundo e computar-se a si mesmo; operar uma disjunção ontológica. O processo da computação se constitui em um anel recorrente já que produz e mantém a identidade do ser (o computo) que o produz (o ser computante para si). Por isto a existência fundamental da autonomia entre os seres, mas que, paradoxalmente, vivem em profunda dependência entre si.

Mas e quando falamos do sujeito cientista? Interessante observar que Morin rompe com uma visão paradigmática antropocêntrica do homem e natureza e, propõe ao mesmo tempo para a ciência, uma reinserção do sujeito na mesma.

A ideia cartesiana de que o pensamento determina o ser, este bipartido em corpo e alma, imprimiu na modernidade a concepção do sujeito que pensa a realidade e pensa a si mesmo. Introduziu-se a necessidade de pensar o pensamento que pensa o mundo.

Segundo Morin, o espírito científico tornou-se incapaz de pensar a si próprio, de tanto acreditar que o conhecimento científico pode ser o reflexo do real. A ciência, de fato, não pode controlar a própria estrutura de pensamento.

“Podemos dizer até que o retorno reflexivo do sujeito científico sobre si mesmo é cientificamente impossível, porque o método científico se baseou na disjunção do sujeito e do objeto, e o sujeito foi remetido à filosofia e à moral. É certo que existe sempre a possibilidade, para um cientista, de refletir sobre sua ciência, mas é uma reflexão extra ou meta-científica que não dispõe das virtudes verificadoras da ciência.” Morin, 1996:21.

O que de fato Morin quer dizer com isso? É a impossibilidade da sociologia reflexiva sugerida por Bourdieu? É possível uma reflexividade do sujeito cientista?

A dicotomia sujeito pesquisador e objeto de estudo funda-se no espírito de dominação (Maffesoli, 1998, p.40) do sujeito em relação ao objeto. O saber passa a ser

o poder. Ainda quando o objeto é visto como sujeito pesquisado, como nas metodologias abertas, a exemplo da *observação participante*, ou mesmo, através dos *intelectuais orgânicos*, o sujeito pesquisador carrega um poder cognoscente sobre a realidade do sujeito pesquisado. Detêm, portanto, um estado de conhecimento (status) e poder que o difere do sujeito pesquisado, aquele que realmente vive aquela realidade, pensa, e dá explicações sobre ela. Maffesoli fala de um retorno à empiria, à própria coisa(p.46), fato que Morin não reconhece. Pois para ele a reflexividade poderá existir somente no nível meta-científico. Não há como apreender o real em si.

Bourdieu fala de uma *objetivação participante*, ou seja, situação que surge na relação subjetiva que o sociólogo trava com seu objeto (na sua participação com o objeto que analisa), na qual será necessário que o sociólogo faça uma auto-análise (de onde ele veio, ou o seu percurso social,etc..). Neste sentido Bourdieu se assemelha, no meu entendimento, com Karl Popper.

Popper diante da questão sobre como a ciência poderá no seu dia a dia agir positivamente, procede a crítica do método da indução de verdades. Ele dirá que não há possibilidade, a não ser por sua prática de negatificação. Sugere a testificação das hipóteses pelo processo constante de tentar invalidá-las, pela sua verificação de erro, e assim sua refutação. É neste sentido que interpretamos a sociologia da sociologia bourdieuziana, ou seja uma reflexão do fazer sociológico. Uma forte autoanálise aliada a um olhar de questionamento de todas as posições e suposições. Nos seus trabalhos Bourdieu procede desse modo, desconstruindo, para depois, construir.

Essa forma de reflexão crítica somente se torna possível pelo recurso da ruptura do olhar, pela conversão do olhar. Deste modo poderemos ter consciência de que somos engendrados por uma estrutura que é estruturada e estruturante, sugerirá Bourdieu, e que por isso devemos ter essa negatificação de nossa sociologia o tempo todo. Deste modo, não nos enganemos, o sujeito pesquisado é muito mais esperto do que julgamos. Esse sujeito é capaz de construir um discurso segundo o que ele pensa que gostaríamos de ouvir e é o sujeito de suas ações. Então, novamente Bourdieu se aproxima de Weber. Pois, ambos acreditam no sentido e significado que os sujeitos dão às suas ações e representações. Embora, para Bourdieu não é possível que pensemos em dar conta de todas as representações do real.

O instigante e complexo trabalho de Eduardo V. de Castro (2002) onde o perspectivismo indígena aparece em um debate reflexivo da antropologia (da antropologia) cujas peças mestras, o antropólogo e o nativo, são vistas de forma

relacional. Para o autor não basta o debate permanecer entre a interpretação, ou não, das culturas. Indo mais além, fala da necessidade de ousarmos, de multiplicarmos o pensamento do nativo, e mais, de experimentarmos pensar o que pensa o nativo.

“ Isso é o mesmo que perguntar: o que acontece quando se leva o pensamento nativo a sério? Quando o propósito do antropólogo deixa de ser o de explicar ,interpretar,contextualizar, racionalizar esse pensamento, e passa a ser o de utilizar, tirar suas consequências, verificar os efeitos que ele pode produzir no nosso? O que é pensar o pensamento nativo?Pensar,digo, sem pensar se aquilo que pensamos (o outro pensamento) é “aparentemente irracional”, ou pior ainda, naturalmente racional,mas pensá-lo como algo que não se pensa nos termos dessa alternativa, algo inteiramente alheio a esse jogo?”

Vamos ampliar a discussão *sujeito-objeto* pensada até este momento no campo das ciências sociais, para mostrar uma perspectiva histórico social que se constitui como uma forte tendência no campo das ciências históricas contemporâneas.

Reflexões sobre a historiografia dos *Annales*, história social e história das mentalidades.

No campo das Ciências históricas grandes transformações em relação a prática do historiador, seus objetos e a amplitude do trabalho interpretativo do historiador têm marcado o campo no último século.

Os historiadores do mundo antigo apresentavam uma forma e maneira de escrever a História que hoje em dia não é mais aceita. Contavam os feitos dos grandes homens públicos e das grandes batalhas procurando enaltecer as realizações de uma categoria social de reis e sacerdotes. Não se estudava, ou muito raramente, se faziam estudos sobre a vida cotidiana, e nem se percebia a vida dos camponeses, dos escravos, das crianças, das mulheres.

No início do século XX, dois jovens, Marc Bloch(1886-1994) e Lucien Febvre (1878-1956) insatisfeitos de como se apresentava a história, e principalmente pela pobreza de sua análise, iniciaram uma “revolução”. Instavam que era necessário uma história mais abrangente e totalizante que poderia descobrir o homem em sua complexidade de agir, pensar e sentir.

Partiam do princípio que, como em Jules Michelet (1798-1794), não se devia desprezar o subjetivo nem a individualidade, e que, como em Marx e outros que assentavam suas análises no econômico, as estruturas sempre têm algo a ver com o comportamento humano, mas também se deveria aprofundar o conhecimento do espírito

que criava e sentia.

E os dois jovens fundaram uma revista intitulada ANNALES, pensando em fazer dela um instrumento de fortalecimento da História aproximando-a das ciências vizinhas e utilizando novos temas e novos métodos.

E a esse novo método de análise, de busca e de escrita chamou-se Nova História. Originada na França, é conhecida como uma “História francesa”, e mais tarde alargou-se pela Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, chegando ao Brasil na década de 1950.

Esse grupo apresentou-se com características diferenciadas nesse século de produção historiográfica mas jamais retornou aos antigos parâmetros de construção da História.

O núcleo central do grupo foi formado por Lucien Febvre e Marc Bloch. Numa segunda geração, apareceram Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. Numa terceira geração juntaram-se Michel Vovelle e Perrot.

Próximos a eles estavam Ernest Labrousse, Pierre Vilar, Maurice Agulhon, cujas visões marxistas os fizeram ligeiramente afastar-se do núcleo central. E juntaram-se mais tarde Michel Foucault, autores ingleses e norte americanos.

Além da revista ANNALES esses historiadores foram os construtores de obras extraordinárias, coletivas, compostas de vários volumes onde se reviam a História europeia, o Islão, a História da América, a Idade Média europeia e o Mundo Moderno. Obras como *História Geral da Civilização* (em francês) e *História da Vida Privada* foram o resultado de muitas pesquisas com refinamento de interpretações e análises. Foram também os responsáveis por novas investigações e novos trabalhos.

Citemos, por exemplo, a enorme coleção dirigida inicialmente por Lucien Febvre (mais tarde por Braudel) intitulada *Rumos do Mundo* que se constituiu de 13 volumes, com vários autores especialistas, onde se revia, dentre outros: *O Homem antes da Escrita*, *Roma e seu destino*, *Nascimento da Europa*, *A aventura grega*, *Os Eslavos*, *Pensamentos e crenças do Ocidente*, *Os burgueses à conquista do mundo* de Charles Morazé, dentre outros.

Dir-se-ia que cada historiador, daquele grupo inicial, se engajou, durante 30 anos de sua vida, no aprofundamento de temas então seus e específicos e, rodeado de seus jovens alunos, formando uma “Escola” de investigação e estudo.

Fernand Braudel, nascido em 1902, formado em História em 1923, engajou-se em 1937 sob a égide de Lucien Febvre, Marc Bloch e Henri Pirenne e lançou-se com os livros *O Mediterrâneo* e *O mundo Mediterrâneo na época de Felipe II, que é uma enorme investigação ancorada em diversos arquivos da Europa*. Mais tarde surgia *Civilização*

Material e Capitalismo (séculos XV –XVIII) de 506 páginas, e *Os Jogos das Trocas* com 628 páginas .

Essa Nova História construiu imagens, formatos, especificidades. E podemos alinhar como principais características dessa Nova História:

-Uma História Problema - uma história em que se questiona, em que se reflete, em que se analisa, em que se projetam conclusões, e;

-Novas Fontes: nessa nova História utilizam-se os mais variados testemunhos, artefatos e fontes, tais como cerâmica e seus restos, mapas, moedas, restos arqueológicos de antigas cidades, lápides de cemitérios, livros paroquiais de batismo, de casamento e de óbito, cartões postais, fotografias.

Como nos disse Marc Bloch:

“ a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-se sobre ele.”(Bloch, 2001)

Portanto essa nova história será marcada por novos olhares, novos temas e interdisciplinaridade. Os historiadores passaram a se interessar por medicina, psicologia, estatística, linguística, antropologia, geografia, arquitetura, cinema. Passou-se a estudar o comportamento do homem em relação a sua sexualidade, e refletiu-se sobre os paradigmas do que seria o feio ou o belo.

Assim também novos objetos, antes nunca imaginados viram objetos de pesquisa histórica. Categorias nunca até então estudadas como o escravo, a mulher, o pobre, o mendigo, a prostituta, a criança foram objetos de análise, de quantificação, de indagação quanto ao seu comportamento, sobre suas atividades, sua maneira de ver o mundo ou o de seu semelhante.

As tendências mais importantes dessa Nova História e que dominaram entre 1950 e 1970 foram a História quantitativa e a História demográfica.

História Serial ou quantitativa foi a modalidade da História que abandonou a variedade heterogênea de fontes e se interessou por uma série homogênea constituída por um mesmo tipo de fontes.

E o nome serial ou quantitativo passou a designar um tipo de fontes e um “ modo de tratamento” das fontes. Utilizou-se a serialização de dados, estatísticos e/ou econômicos, para demonstrativo do que se queria provar. O movimento geral dos preços do século XVI ao XIX foram levantados e analisados se refletindo sobre as pragas, a fome

e conseqüentemente as revoluções que surgiram nos momentos de crise. O historiador Jean Meuvret, por exemplo, desenvolveu a noção de “ crise de subsistência” argumentando que as crises eram muito comuns na França na época de Luis XIV. Dizia ele que um aumento nos preços do trigo era acompanhado por um acréscimo da taxa de mortalidade e uma queda da taxa de nascimento.

Da economia esprou-se para a história social especialmente para a história populacional. Surgiu assim a História demográfica, idealizada por um engenheiro, Louis Henry, modalidade que é também um método (quantitativo) e teve um objeto de análise (a paróquia).

Antigas paróquias do ocidente cristão levantaram os livros de batismo, para entender a natalidade e a fecundidade no passado, fornecendo aos historiadores fontes até então jamais analisadas. Procurou-se indagar o porquê de tantos filhos, quais as concepções psicológicas que dominavam quanto aos partos e quais os parâmetros de comportamento quanto a natureza da sexualidade. Descobriu-se formas de sociabilidade e como o compadrio e adoção foram sedimentadores de antigas relações familiares e sociais. Livros de casamento paroquiais foram também copiados e analisados para se entender a endogamia, os laços de parentesco e a constituição das famílias e finalmente pulsando-se os livros de óbitos se conheceram quais as doenças que matavam as populações do passado, como os mortos eram amortalhados, e como se davam os seus enterramentos. E essa História demográfica mostrou a importância da história regional: não mais se pensava que os fenômenos fossem dominadores em toda uma França, em todo um Brasil. As regiões, com sua especificidade geográfica, com sua produção, com seus modos de ser possuíam uma história ímpar, somente dela.

A partir da década de 1970 surge uma nova geração de historiadores com a incorporação da infância, do sonho, do corpo, do odor, do medo. Nessa terceira geração aparecem os estudos de gênero – as mulheres, especialmente com Christian Klapische e com Philippe Ariès desponha o estudo da infância, da família e da morte. O célebre livro *O Homem diante da morte* mostrou, numa longa duração, quase mil anos, as atitudes que vão desde a “ morte domada” até a resignação, a indiferença, a ausência de privacidade.

Emerge, então um novo retorno à política e à narrativa. Após o longo sucesso da história do cotidiano, do sexo, do amor, da morte, os historiadores, de dez anos para cá, têm feito o seu retorno à história política e à narrativa. É claro que outros parâmetros se juntam nessa análise: estuda-se o “campo político” como forma de focalizar grupos, regiões, épocas, estruturas e relacionam-se os eixos dentro desse campo.

História, fontes documentais e a Imagem

O que se chama a atenção neste artigo é que tanto nas Ciências Históricas como nas Ciências Sociais é preciso construir seu objeto científico adequadamente (Shaff, 1995, Bourdieu, 2010). Descobrir no viés da história, nos interstícios dos fatos, nos silêncios das entrevistas a trama cultural que os embasa, os significados para as ações, as emoções e expressões, verbalizadas ou não, de determinado tempo e cultura. A questão principal não é a quantidade diferente de fontes que se usa, mas sim o olhar criterioso de quem as utiliza.

Utilizando as observações de Bloch quanto aos testemunhos históricos, mostramos a seguir, a título de ilustração, algumas fontes documentais textuais: testamentos, inventário, súplica.

Documentos textuais muito utilizados pela Nova História são os elaborados pelo poder judiciário: são os inventários de bens, os testamentos, as doações, os processos cíveis e os processos criminais e muitos outros que se encontram no corpo de Livros de

Notas cartorárias como compra e venda de imóveis, de escravos, dotes, brigas pelas heranças, sucessão, alforrias de escravos, etc.

Nessa documentação encontra-se um mundo de questões que podem ser analisadas comparativamente por várias regiões ou numa só região ou país seguindo uma investigação de longa duração analisando-se as mudanças que essas estruturas sofreram.

Iniciemos pela análise de um Testamento. O testamento é um documento judiciário. Trata-se de uma manifestação escrita de uma pessoa que se julga próxima da morte e que designa como quer que seus bens sejam divididos. Possui partes muito humanas, justificadoras de atos e pedidos de perdão.

“Declaro que sempre me conservei no estado de solteira e por fragilidade humana tive cinco filhos”. “Declaro que no estado de solteiro por fragilidade humana tive copula com Antonia, escrava do major Cunha presentemente liberta e que resultou um filho de nome Evaristo”.

Vem do direito romano e compõem-se das seguintes partes:

- a) Preâmbulo; invocação de Jesus Cristo ou S. Ma. Trindade, data, localização, Nome, naturalidade, estado civil, filiação, filhos, condição no caso de libertos, etc;
- b) legados espirituais: encomendação da alma – aos santos, anjos ou a Deus – indicação do local do funeral e o enterro, número de missas por intenção de sua alma;
- c) patrimônio: resumo dos bens moveis e imóveis, alforrias, venda de escravos,

identificação de dívidas e créditos, doações a instituições , pobres ou doentes
d) disposições gerais e autenticação; disposições gerais, assinatura ou sinal do testador, assinatura do escrivão, aprovação e abertura do testamento.

Da mesma forma os INVENTÁRIOS Post- MORTEM ou simplesmente INVENTÁRIO são também um documento judiciário.

Realiza a descrição dos bens que uma pessoa deixa ao morrer. Pode conter poucas páginas , no caso de um inventário de um escravo que deixa, por exemplo uma cabra, uma camisa, uma calça ou vários volumes quando se trata de pessoas muito ricas. Inventário de Eufrasia Teixeira Leite em Vassouras ou do dono a quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro (Falci, 1988/1989).

Os inventários compõem-se de várias partes:

1) abertura – feita por um advogado e encaminhada ao juiz notificando a morte do inventariado, pedindo a abertura do mesmo e declarando os herdeiros menores, maiores e conjugues quando houver.

2) Apresentação dos herdeiros ou seus representantes advogados

3) Descrição dos bens: a) de raiz – terrenos, “morada de casas”, sítios, fazendas, cafezais, pés de cana- de açúcar, arvores frutíferas, telhas da casa, glebas de terra. No século XIX as terras não possuíam um valor muito grande. Na região cafeeira, Vassouras, na província do RJ podia-se comprar uma casa por 10 contos de réis enquanto um escravo valia 1 conto e duzentos mil réis. Fazendas valiam pelas atividades nela desenvolvidas: plantações, benfeitorias.

b) móveis e utensílios divididos por material: madeira(moveis de madeira, cadeiras, mesas, oratórios), quadros, ouro, diamantes, prata, cobre, ferro, estanho, louças, engenhos de açúcar, alambiques, carroças, automóveis, avaliados pelo avaliador da comarca específico;

c) bens semoventes: escravos, (com idade, cor, atividade, valor) gado vacum, gado cavalariço, gado caprino, gado ovino.

Cada página tem assinalado o valor do bem e realiza o somatório dos bens.

4) Monte-mor do inventário: que representa a soma de todos os bens: monte mor de um barão do café chegava a ter 100mil contos de réis

5) Dívidas ou passivo – que o inventariado possuía com a descrição do montante e a quem devia;

6) Calculo final do espólio : monte-mor menos as dívidas

7) Partilha entre os herdeiros: “ cabe a herdeira Manuela a escrava Maria preta de Angola

no valor de 300 mil réis, um cordão de ouro avaliado em 200 mil réis, etc,etc”

8) Termo de finalização do inventário.

Importância social e econômica:

Comparação de valores dos bens (escravo x casas x moveis x jóias); informações genealógicas – filhos, herdeiros, descendentes num mesmo inventário; comparação de bens entre inventários de lugares diferentes e ou datas diferentes;

Percepção de situações específicas nas leis de sucessão e doação; percepção de questões familiares com filhos legitimados, etc

Exemplos de utilização de fontes para empreender um conhecimento sobre aqueles sujeitos tornados *não sujeitos*, como foi o que aconteceu com os escravos na escravidão moderna, no Brasil e em outros lugares, dos quais os direitos básicos lhes foram negados - como pensar autonomamente, expressar este pensamento, ausência de direitos e coisificação do ser, etc. Segue nos anexos documentos históricos sobre/de escravos.

À guisa de conclusão

Neste final de século presenciamos surpresos e atônitos, muitas vezes, as grandes modificações na ciência, na sociedade e na cultura. E o que mais impressiona é a velocidade com que caminham. Essas rápidas modificações fariam transformar a famosa frase “tudo o que é sólido desmancha no ar”, usada para retratar a Revolução Industrial na Idade Moderna, para algo que retratasse a pós modernidade como “Não existe mais o sólido”, ou “o sólido não se desmanchou no ar, porque ele não chegou a ser sólido jamais”.

No âmbito da tecnociência as duas revoluções fundamentais que deram origem a estas transformações foram as modificações na área da bio-genética e na área da micro-eletrônica. Estas proporcionaram toda uma infinidade de aquisições tecnológicas que rapidamente se difundiram e alteraram o perfil do mercado de trabalho e o das relações sociais. O homem vislumbrou possibilidades que antes eram somente sonhadas em desejos ficcionais, e agora executáveis. Verifica-se muito claramente, neste momento, que as invenções tecnológicas acontecem em um ritmo diferente daquele da produção e absorção do pensamento pela sociedade. Um hiato presenciado na história humana marca de um lado, os avanços da técnica, e de outro, a produção de pensamento.

Não se trata de negarmos a importância da ordem tecnológica presente em todos os setores da vida do homem moderno. Na maioria das vezes, as transformações tecnológicas ajudaram a maior sobrevivência humana. É neste sentido que Atlan dirá: “A ordem tecnológica, transparente, multidimensional é libertadora em si própria” (ATLAN, 1991:136)

Trata-se, outrossim, de refletirmos o modelo sobre o qual a ciência, o pensamento (conhecimento e práxis) e a sociedade estão assentados. A ciência enquanto exercício cotidiano, desde seu distanciamento da filosofia, principalmente enquanto ciência aplicada tem sido desenvolvida primordialmente junto à universidade e, vem adquirindo um caráter efetivo cada vez mais pragmático e tecnocientífico. A racionalização dos mundos tem afastado atitudes em si mesmas filosóficas e contemplativas. Pois, impregnados de pragmatismo e utilitarismo, deixam a contemplação, a metáfora e a poesia fora das perspectivas estatísticas e cientificistas.

A transformação dos indivíduos em uma grande massa, passiva, sombra de maiorias silenciosas (BAUDRILLARD, 1987) é uma possibilidade deste século, pelo advento das telecomunicações. Essa massa consumidora do que é injetado pelos meios de comunicação, recebe o produto televisivo em casa e o transforma em real. Hoje é possível receber também o produto da vulgarização da ciência (e da universidade) para o consumo imediato e descartável. Evidencia-se a necessidade de pensar a prática científica, seu retorno efetivo para toda a sociedade.

Diante desse quadro geral: a estranha proposta moriniana (1987:133) de uma moral provisória. O que seria isso? Uma espécie de regulamentação do uso e da prática tecnocientífica onde não só os cientistas, mas a sociedade, como um todo, participasse. É importante pensar em uma *ética de religação*, onde os diversos setores sociais, culturais e políticos estejam engajados, dirá Morin.

A rejunção dos polos antagônicos sujeito-objeto se baseia nos princípios de recursividade e retroação que abrangem a autocriação, recriação, regeneração constante e de uma ação sobre a própria causa. A ideia mecanicista baseada em pares de causa e efeito precisa ser substituída por uma ideia de finalidade. São múltiplas as ações envolvendo diversas possibilidades. Uma ideia de co-determinação do todo e das partes, como na metáfora do holograma, no qual as partes carregam o todo em si e, o todo possui as partes, proporcionando a aproximação (simbiótica) sujeito-objeto. Somente deste modo, não é possível falar em autonomia do sujeito em relação ao objeto, pois a própria ideia de interação e sistema somente se realiza na

interação das partes. Deste modo, a aceitação da pluralidade dos sujeitos aponta para uma ética planetária onde os indivíduos, a cidade, os Estados nações, os blocos econômicos têm em si aspectos do singular e do todo.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, A. **Os argonautas do mangue**. SP/ Campinas: Imprensa oficial/edUnicamp, 2004.
- ALEXANDER, J.C. O novo movimento teórico. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº4, vol.. 2, junho de 1987.
- ARIÈS, P. **História da morte no Ocidente**. Francisco Alves, 1977.
- ATLAN, H. **Tudo, não, Talvez. Educação e verdade**.
- BAUDRILLARD, J. **A sombra das maiorias silenciosas**, 1987
- BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. In Os pensadores. São Paulo:Abril cultural, 1978.
- BECKER, H.S. **Segredos e truques da pesquisa**. RJ: Zahar, 2007.
- BENJAMIM, Walter. *Pequena história da fotografia*. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. Obras escolhidas. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, P, CHMABOREDON, J.C. PASSERON, J.C. **Ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel,1990.
- _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco zero,1983.
- _____. **Por uma ciência das obras**. In Razões práticas. Campinas/SP/Papirus, 1996.
- _____. **Os usos sociais da ciência**. Por uma metodologia da ciência, por uma sociologia clínica do campo científico. AP: Editora UNESP, 2004.
- BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001
- CERTAU, M. **A escrita da história**. 2ª ed. RJ: Forense Universitária, 2010.
- CASTRO, E.V. *O Nativo relativo*. In **Mana. Revista do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 8(1): 113- 148,2002.
- CORCUFF, P. **As novas sociologias**. São Paulo: Edusc, 2001. DURKHEIM, E. Representações individuais e representações coletivas. In *Sociologia e filosofia*. SP: Martin Claret. 2009.
- FALCI, M. B. Um estudo para a história social: os inventários de 1796 a 1820 no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, 1988//1989, p 143-162
- FELDMAN-BIANCO, B. LEITE, M.L. M. (orgs.). **Desafios da imagem: fotografia**,
-

iconografia e vídeo nas ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

FOUCAUT, M. *Las meninas*. In **As palavras e as coisas**. S.P.: Martins Fontes, 1981.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. FERREIRA, M..M., AMADO, J. **Usos e abusos da história Oral**. RJ: Ed. FGV, 1996.

HALBWACKS, M. **A memória coletiva**. SP: Vertice, 1990.

HENRY, Louis. **Técnicas de análise demográfica histórica**. Curitiba UFPR, 1977.

KOURY, M.G.P. **Imagem e memória**. Ensaios de Antropologia Visual. RJ: Garamond, 2001.

MARTINS, J.S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. SP. Contexto, 2008.

MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1999.

----- **Terra-Pátria. Porto Alegre: Sulina, 1995**.

REIS, J. J. **A morte é uma festa**. São Paulo Cia das Letras, 1991

REIS, E. *Comentários ao ensaio "o novo movimento teórico" de j. Alexander*. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº4, vol.. 2, junho de 1987.

SAMARA. E. de M. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo, século XIX. Marco Zero, 1990.

SCHNITMAN, D. F. (org.) **Novos Paradigmas, cultura e Subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SCHAFF, A. **História e Verdade**. Tradução: Maria Paula Duarte, Martins Fontes, 1995, SP.

SILVA, M. B. N. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo. EDUSP, 1984.

MARX, K. **Introdução geral à crítica da economia Política**. Os Pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1978.

ANEXO 1
DOCUMENTOS/ ESCRAVIDÃO PIAUÌ

SÚPLICA

Avista dos Documentos, que a Sup^e apresenta, O Suplica.^{do} ou pague-lhe o que recebeu ou, havendo o resto do seu valor, lhe confira a liberdade Prometida; ficando entendido, que, por vir a mm.^a Sup. procurar o seu recurso, não deve ela ser castigada. Palacio de Oeiras, 1^o de março de 1817.

MB

Diz Francisca escrava de Francisco Manoel Pereira morador na Ponta do Morro Termo desta Cidade, q. tendo o dito seu Snr recebido da Supl. a conta da sua liberdade vinte e sete mil quinhentos e vinte reis em dinheiro hua rede, e hum cavalo como consta dos documentos juntos quer agora ofender a mesma Sup^e negando-lhe o seu dinheiro ou querendo parti-lo a titulo de dias de serviço pela Sup^e se ter ausentado de sua casa a procurar serviço, por isso a Sup^e pobre miserável, esem abrigo para poder usar de termos Judiciais recorre e//

Pede V Exc^a se sirva mandar q o Sup seu Snr entregue a Sup. q tem recebido ou lhe passe carta de liberdade recebendo o resto seu valor
E.R.M^{ce}

ANEXO 2

CONDENAÇÃO

Ilm Exmo Snr

Acuso o recebimento das duas Portarias que na data de ontem V Exc^a me dirigiu, com as inclusos Avisos de Governo pelos quais o Regente em nome de S.M. o Imperador manda que se executem as penas de morte impostas pelo júri desta cidade aos Reus Amancio Escravo, e Benedito José dos Santos. Em consequência tenho designado o dia 12 do corrente as nove oras da manhã para serem executados os ditos réus, tendo já hoje expedido as comunicações necessárias ao juiz municipal para assistir a execução, e ao vigário para administrar-lhe os socorros espirituais, assim como já mandei pedir ao Comandante do Corpo Policial a necessária escolta de soldados para manter a ordem na ocasião do suplício.

Deus Guarde a

V. Ex^{cia} Oeiras 10 de Outubro de 1838

Il^{mo} Ex^{mo} Snr Barão da Parnahiba, Presidente desta Prov^{cia}

Francisco de Sousa Martins
Juiz de Direito da Comarca

Anexo 3



Ilustração 1: Las meninas, de Velasquez